

Se a Extensão é Popular, a produção de conhecimento é freireana: repercussões teórico-conceituais e metodológicas

Andréa Alice da Cunha Faria¹

Para que seja possível apresentar e sustentar a afirmação que intitula as linhas que se seguem, faz-se necessário recorrer à concepção de Paulo Freire acerca do **conhecimento** e, conseqüentemente, **do seu processo de produção**. Antes, porém, uma consideração geral: mesmo dentre os adeptos e defensores, homens e mulheres, do legado freireano é comum relacionar Paulo Freire à formulação de um revolucionário método de alfabetização de adultos conhecido como “Método Paulo Freire”.

Moacir Gadotti, amigo e biógrafo de Paulo Freire afirma, na belíssima *Biobibliografia* organizada por ele, que:

A rigor, não se poderia falar em “Método Paulo Freire”, pois se trata muito mais de uma **teoria do conhecimento** e de uma **filosofia da educação** do que de um método de ensino. Mas, para sermos mais precisos, deveríamos chamar a este “método” de “sistema”, “filosofia” ou “teoria do conhecimento”. (GADOTTI, 1986, p. 82, grifos do autor).

E, no que consiste esta teoria? Como ela incide, especialmente, sobre os desafios metodológicos de uma Extensão que se pretende Popular? É sobre esta última questão que iremos expor aqui, o nosso ponto de vista. Buscamos assim, refletir conjuntamente com você, leitor/a, sobre a complexidade de nossas intencionalidades e ações extensionistas. Que seja uma leitura instigante e agradável!

O conhecimento e o conhecer, segundo Paulo Freire

Para Freire, o conhecimento não é um “algo” a ser – ou que foi – adquirido ou construído, seja de forma bancária ou dialógica. Para ele, o conhecimento é **inacabado**, assim como o ser humano também o é: inacabado, inconcluso. Porém, o que nos parece mais “genial” nesta constatação que Freire nos traz, é o seu corolário.

Para ele, o processo de **conhecer** se inicia, e só se inicia, ao nível do humano, quando este **ser** toma consciência do seu inacabamento. Quando reconhece, **em si**, o seu

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professora no Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, campus Dois Irmãos, Brasil / PhD in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; professor at the Education Department of the Federal Rural University of Pernambuco, Dois Irmãos campus, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: andalicecf@gmail.com.

inacabamento, o seu “não conhecer”. Quando ele ou ela se percebe como um ser **em construção**. Didaticamente, ele nos explica: “O cão e a árvore também são inacabados, mas o homem se sabe inacabado e por isso, se educa” (FREIRE, 2011, p. 33). Se educa quando se sabe inacabado e, ao educar-se, na vivência do “ato de conhecer”, toma consciência do seu inacabamento e de sua própria ignorância, porque “todo saber traz consigo sua própria superação” (FREIRE, 2011, p. 35).

Assim sendo, o **conhecimento**, em última instância, ensina o sujeito a aprender. Por isso, não pode ser compreendido como um “algo”; ele é aquilo que leva o sujeito a perceber-se como aprendente, como um ser em permanente construção. Ouçamos Freire:

Mas, se o ato de conhecer é um processo – não há conhecimento acabado – ao buscar conhecer ad-miramos não apenas o objeto, mas também, a nossa ad-miração anterior do mesmo objeto. Quando ad-miramos nossa anterior ad-miração (sempre uma ad-miração de) estamos simultaneamente admirando o ato de ad-mirar e o objeto ad-mirado, de tal modo que podemos superar erros ou equívocos possivelmente cometidos na ad-miração passada. Essa re-admiração nos leva à **percepção da percepção anterior**. (FREIRE, 1981, p. 43, grifo nosso).

A esta altura já nos sentimos suficientemente embasados para propormos uma dedução: a de que é somente na **percepção da percepção anterior** que se realiza a construção do conhecimento, conforme a compreende Paulo Freire. Se a admitirmos, poderemos concluir que, em uma perspectiva freireana, é a ela, ou seja, à **percepção da percepção anterior** que se deve objetivar os processos de construção de conhecimento, sejam eles vivenciados no ensino, na pesquisa ou na extensão.

Outro elemento estruturante da concepção freireana acerca do conhecimento e do conhecer decorre, igualmente, de sua concepção de ser humano. Para ele, além de sermos inacabados, somos também, **incompletos**.

Em sua tese de doutorado, Ângela Antunes nos oferece uma definição para esses conceitos, apresentada em seu Exame de Qualificação, pelo professor Luiz Carlos de Menezes, cuja clareza nos convida à sua reprodução. Disse ele:

Somos incompletos e inacabados. São duas coisas diferentes; não são sinônimos. Nós somos incompletos porque sem o outro não existimos. Não há sentido em pensar “eu e o mundo”. É preciso pensar “eu como um pedaço do mundo”. Esse caráter relacional do ser humano; essa é a grande percepção do humanismo do Paulo Freire. Nisso consiste a incompletude. (ANTUNES, 2002, p. 66-67).

“Eu, como um pedaço do mundo”; eu **no** mundo e **com o** mundo. Portanto, o processo de conhecer não se reduz a uma ação individual de apropriação de um conteúdo, objeto de seu “estudo”, como muitas vezes é compreendido. Para Freire, “o conhecimento da realidade é indispensável ao desenvolvimento da consciência de si e este, ao aumento daquele conhecimento” (FREIRE, 1981, p. 117). Ou seja, o conhecimento da realidade e a consciência de si encontram-se dialeticamente integrados na concepção freireana acerca do **conhecimento** e do **conhecer**.

Repercussões sobre as ações extensionistas

Como repercutem os conceitos de **inacabamento e incompletude** – que como vimos, estruturam a concepção freireana sobre o conhecimento e o conhecer – sobre os desafios metodológicos de uma Extensão que se pretende Popular?

Ao nosso ver, a primeira repercussão diz respeito ao lugar da **realidade**. Os conceitos trabalhados anteriormente nos sugerem que ela – a realidade, o vivido – precisa ser tomada, **radical e metodologicamente**, como o **ponto de partida** das ações extensionistas. Ações estas que a coloquem sob ad-miração, tanto por aqueles/as que estão nela imersos, como a comunidade local, quanto por aqueles/as que intencionam nela inserir-se, para nela atuar, como a equipe extensionista.

Importante ressaltar que:

“Ad-mirar” e “ad-mirado” não têm aqui sua significação usual. Ad-mirar é objetivar um “não-eu”. É uma operação que, caracterizando os seres humanos como tais, os distingue do outro animal. Está diretamente ligada à sua prática consciente e ao caráter criador de sua linguagem. Ad-mirar implica pôr-se em face do “não-eu”, curiosamente, para compreendê-lo. (FREIRE, 1981, p. 43).

Colocar a realidade sob “ad-miração” é, portanto, **colocar a realidade em diálogo**², em uma condição na qual as diferentes percepções, interpretações e significados a respeito dela possam colocar-se em interação. O “eu” e o “não-eu”, ou seja, o que eu penso e o que eu não penso; o que eu conheço e o que eu (ainda) não conheço, em situação de conhecer.

² Interpretações etimológicas (vide <https://origemdapalavra.com.br/>) atribuem ao radical “dia-”, de origem grega, o sentido de “movimento através de”, o que pode ser percebido no significado da palavra “diáspora” (dispersão de povos). Nesta perspectiva, “diálogo” significa movimento através de “logos”, ou seja, de saberes, de visões, de lógicas, de conhecimentos. A interpretação se coaduna com a ideia de que o conhecimento vai sendo mutuamente construído, ao passo em que constitui aqueles envolvidos no processo de conhecer.

Em *Extensão ou Comunicação?*, livro escrito durante o exílio no Chile, quando Paulo Freire teve a oportunidade de atuar junto às comunidades rurais daquele país, ele é explícito:

A discussão da erosão requer (em uma concepção problematizante, dialógica da educação e não antidialógica) que a erosão **apareça ao camponês**, em sua “visão de fundo”, como um problema real, como um “percebido destacado em si” **em relação solidária com outros problemas**. (FREIRE, 1983, p. 35 grifos nosso).

Destacamos, inicialmente, neste trecho repleto de significados, a expressão “apareça ao camponês” – que pode ser compreendida como “apareça ao sujeito” – porque este nos parece ser um aspecto central a ser observado, e diríamos até mesmo perseguido, pelas escolhas metodológicas de uma Extensão que se pretenda Popular, conforme temos insistido em frisar.

Isto porque ela nos remete à função pedagógica da **percepção da percepção anterior** na construção de um conhecimento que não é um “algo”, mas sim, um processo de constituição de um sujeito que toma consciência de si e de um mundo que está sendo e, no qual, ele próprio, também está sendo. Esta deve ser, portanto, a intencionalidade pedagógica central das ações extensionistas: a tomada de consciência de si, do mundo e de si no mundo.

O destaque que fazemos à expressão “em relação solidária com outros problemas” nos remete ao conceito de “organicidade” (FREIRE, 2003), estruturante das formulações de Paulo Freire.

Em “Educação e Atualidade Brasileira”, tese defendida no ano de 1959, Paulo Freire reflete acerca dos desafios colocados a uma sociedade “em transição” e afirma: “A questão se faz clara. Não está, realmente, em que as classes dirigentes, superpostas ao povo, lhe apresentem a solução de seus problemas. Soluções pensadas por elas, distanciadas do povo. É preciso que ele (povo) cresça na interferência dessa solução” (FREIRE, 2003, p. 22).

“Crescer na interferência dessa solução” significa colocar-se “em situação”, deixar-se envolver com a realidade, instigar-se pela problemática e dedicar-se à busca de soluções. Soluções que não existem antes da reflexão sobre a realidade. Soluções que surgem do diálogo com esta situação. Diálogo que nos permite ir “conhecendo progressivamente a realidade. Realidade em análise, em discussão. Posta em evidência. Nunca previamente estabelecida por nós, a nosso gosto ou nossa conveniência” (FREIRE, 2003, p. 23). Decorre daí o princípio pedagógico da leitura da realidade.

Realidade que é ponto de partida; mas que também é, ponto de chegada. Aliás, é justamente por ser ponto de chegada, que se constitui em ponto de partida. Não apenas para

“levantar o conhecimento prévio” ou para “ativar os subsunçores”, favorecendo assim, a aprendizagem. Mas, para que os sujeitos, ao conhecerem a si, no e com o mundo, incidam, conscientemente, sobre ele.

Até aqui, talvez, não tenhamos apontado grandes novidades para você que já interage com o pensamento freireano. Porém, o que nos parece mais importante frisar é que todas essas reflexões apresentadas por Paulo Freire não se dirigem apenas ao “camponês” ou à “população local”, ou mesmo ao “povo”, de forma genérica. Ele está se dirigindo ao ser humano; a mim, a você! E o que ele nos oferece, através de sua singular Teoria do Conhecimento, é justamente a possibilidade de refletirmos sobre o processo do conhecer, sobre a forma pela qual construímos conhecimento e os significados deste complexo processo. Para que, a partir disso, nos desafie a estruturar processos de aprendizagem, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão; seja na educação formal, não formal ou informal.

Do ponto de vista de uma Extensão que se pretende Popular, arriscamos aqui algumas considerações que não têm, em si, um caráter de “recomendação” e sim, de partilha de algumas reflexões desenvolvidas ao longo de uma trajetória na qual a extensão sempre se fez presente.

A inserção deve anteceder à intervenção

Se admitimos o lugar da **realidade** e o princípio pedagógico da **leitura da realidade**, conforme reflexões anteriores, necessário será reconhecer a sua centralidade, reconhecer que haverá sempre um “algo” em existência, muito anterior à nossa “chegada”. Uma realidade complexa, repleta de diferentes interpretações e significados. Realidade na qual, inclusive, devem existir referências e significados anteriores relacionados à nossa própria “intervenção”. Ou será que seríamos os primeiros “universitários” a chegar ali? Ou os primeiros “integrantes de uma ONG?”. Ou os primeiros agentes da “Extensão Rural”? E, se fôssemos, ainda assim, não haveria nenhuma referência anterior que “informasse” algo sobre nós e sobre nossa intencionalidade àqueles que ali vivem?

É interessante observar a classificação gramatical dos verbos **intervir** e **inserir**. Enquanto “intervir” é um verbo transitivo indireto e intransitivo, “inserir” é um verbo transitivo direto e indireto e pronominal. O que essa classificação nos sugere? Que enquanto a intervenção requer apenas um “a quem”, a inserção requer um “o quê”, um “a quem” e, especialmente, um “quem faz”, ou seja, o sujeito que executa a ação. Por isso, o verbo requer

sempre um pronome oblíquo, no caso, inserir-se, ou seja, inserir “a si”. Isto significa que a ação do verbo é refletida no próprio sujeito que a executa³.

Portanto, uma perspectiva de “inserção que antecede a intervenção” requer, por parte da equipe extensionista, além de uma aproximação cuidadosa a uma realidade concreta, que existe muito antes de nossa chegada, uma tomada de consciência de si e igualmente, de si naquela circunstância, naquele “pedaço do mundo”, naquele “tempo histórico”.

A realidade deve ser objeto de ad-miração

O famoso livro de Carlos Rodrigues Brandão, intitulado *Pesquisa Participante*, em sua primeira versão, traz o registro primoroso de uma palestra proferida por Paulo Freire, na Tanzânia, no ano de 1971, sob o título “Criando métodos de pesquisa alternativa”. Nesta ocasião, após interpelar-se a respeito de conceito de realidade, Freire formula a seguinte definição: “Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a **percepção** que deles esteja tendo a população neles envolvida” (FREIRE, 1986, p. 35, grifo nosso).

Criar condições para que a realidade seja objeto de “ad-miração” é favorecer o diálogo, o compartilhamento e o alargamento de tais **percepções**. É, também, criar condições para que a **percepção da percepção anterior**, possa fazer emergir a visão do **novo**, a possibilidade da mudança. Aquilo que Paulo Freire inspiradoramente chamou de “inédito viável”, ou seja, aquilo que não existe (é inédito), mas que começa a ser viável, na ideia, no pensamento, no desejo.

Pedagogicamente falando, isso não se realiza apenas pelas nossas “intencionalidades”. Ela demanda das atividades extensionistas, métodos e metodologias adequadas que coloquem a centralidade na realidade, no vivido e sejam capazes de favorecer o diálogo, a interação entre percepções, de forma crítica e construtiva. Algumas metodologias de pesquisa-ação propõem-se a isso, mas não apenas elas podem favorecer aquilo que se intenciona. É preciso busca constante e adequação à circunstância específica na qual se insere a ação extensionista.

³ Para mais, ver: <https://mundoeducacao.uol.com.br/>.

Todos são construtores do conhecimento e da mudança

Encerramos estas linhas com algumas considerações acerca das repercussões das ideias até aqui desenvolvidas sobre a relação entre “comunidade local” e “equipe extensionista”. E, para tanto, recorreremos a mais uma citação de Paulo Freire, quando, em *Pedagogia do Oprimido*, nos afirma que: “Educador e educando, co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no ato de recriar este conhecimento” (FREIRE, 1987, p. 56).

“Ambos são sujeitos”, ou seja, ambos são convidados à aventura do conhecer, ao desafio do diálogo, à imprevisibilidade da interação entre percepções, a ser partícipe da construção do conhecimento e da mudança. A dimensão de nossa ação extensionista torna-se, assim, bem mais complexa do que aquela que a reduz a um simples “levantamento de demandas” a serem “atendidas”. Reflitamos a respeito!

Referências

ANTUNES, Â. **Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade**. 2002. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 34-41.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; IPF, 2003.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO, 1996.